

JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOLÁS

RESOLUÇÃO Nº 102/2006

CERTIDÃO
CERTIDÃO
CERTIDÃO
DE CORENTAÇÃO
DE CORENTAÇÃO
DE CORENTAÇÃO
DE COMPANIO DE JUSTICO
DE COMPANIO DE JUSTICO
DE COMPANIO DE SERVICADO
DE COMPANIO DE COMPANI

Adota fluxogramas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, como rotina de trabalho em relação às reclamações, representações e pedidos de direito de resposta, previstos na Resolução TSE nº 22.142/2006

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no exercício da competência que conferem o artigo 13, inciso XI, do Regimento Interno c/c artigo 30, inciso XVI, do Código Eleitoral e

CONSIDERANDO que dia 06 de julho é data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral nas Eleições de 2006;

CONSIDERANDO que dia 15 de agosto do corrente ano é o início do período da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão,

RESOLVE:

Art. 1º Adotar, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, como rotina de trabalho em relação às reclamações, representações e pedidos de direito de resposta, previstos na Resolução TSE nº 22.142/2006, os respectivos fluxogramas insertos nos anexos I, II, III e IV da presente Resolução.

Art. 2º. Excepcionalmente, nos casos em que o Ministério Público não for parte, após o decurso do prazo de oferecimento das contrarazões recursais, dar-se-á vista dos autos ao Procurador Regional Eleitoral para emissão de parecer no prazo de 24 horas nos recursos em pedido de

Resolução nº 102/2006

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS direito de resposta, e de 48 horas nas representações/reclamações de que trata o art. 96, da Lei 9.504/97.

Art. 3º. Os casos omissos serão resolvidos por deliberação do Tribunal Pleno.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, em Goiânia, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis.

Desembargador Felipe Batista Cordeiro

PRESIDENTE

Desembargador Elcy Santos de Melo

VICE-PRESIDENTE/CORREGEDOR

Dr. Eládio Augusto Amorim-Mesquita

JUIZ MEMBRO

JUIZ MEMBRO



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

Dr. Reinaldo Siqueira Barreto

JUIZ MEMBRO

JUIZ MEMBRO

Dra. Maria das Graças Carneiro Requi

JUÍZA MEMBRO

Dr. Hélio Telho Correa Filho

PROCURADOR REGIONAL

ANEXO I

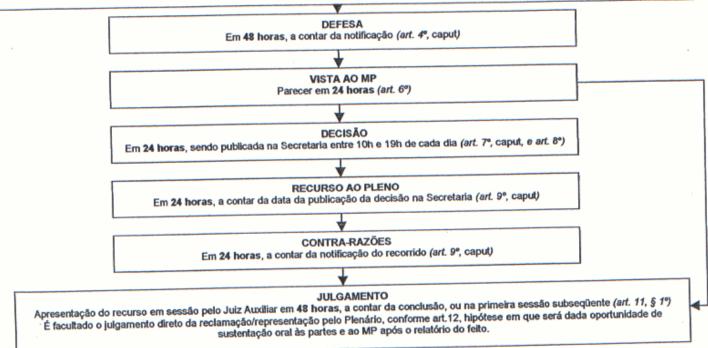
RECLAMAÇÕES OU REPRESENTAÇÕES

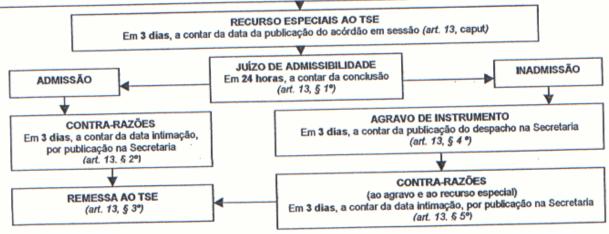
(Resolução TSE n. 22.142/2006)

AUTUAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E NOTIFICAÇÃO

Distribução a um dos Juízes Auxiliares. Havendo pedido de liminar, a notificação para defesa deverá ser expedida ao mesmo tempo em que os autos forem conclusos ao juiz (art. 2º, II, e art. 4º, cc Lei n. 9.504/1997, art. 96º, § 5º)

Na hipótese de processo em segredo de justiça ou de pedido de liminar Inaldita altera pars, os autos deverão ir conclusos ao Relator sem a devida notificação para defesa





Legítimidade: Ministério Público, partidos, coligações ou candidatos (art. 14, c/c Lei n. 9.504/1997, art. 96, caput).

A notificação dos patronos de candidatos, partidos ou coligações que se cadastrarem na Secretária será feita com antecedência mínima de 24 horas do vencimento do prazo previsto no art. 4º da Res. TSE n. 22.142/2006 (art. 21).

Quando o reclamado ou representado for candidato, partido político ou coligação, as notificações serão feitas por facsimite ou correio eletrônico, no endereço informado por ocasião do pedido de registro (art. 4º, § 1º).

Nos casos em que o Ministério Público for parte, sua intimação dar-se-á mediante encaminhamento de cópia da decisão e da respectiva certidão da publicação (art. 9°, parágrafo único).

Não cumprido os prazos para os julgamentos, bem como para o juízo de admissibilidade, as partes poderão ser intimadas por facsímile

Resolução nº 102/2006

ANEXO II

DIREITO DE RESPOSTA POR OFENSA VEICULADA NA IMPRENSA ESCRITA (Resolução TSE n. 22.142/2006)

REQUERIMENTO, DISTRIBUIÇÃO E NOTIFICAÇÃO

O pedido será protocolizado em 72 horas a contar das 19h da data da veiculação da ofensa, instruído com um exemplar da publicação e o texto para a resposta, sendo distribuído a um dos Juízes Auxiliares. Notificação imediata do reclamado ou representado

(art. 2°. II. e art. 15. I. "a" e "b". c/c Lei n. 9.504/1997. art. 58)

DEFESA Em 24 horas, a contar da notificação (art. 4º, caput) VISTA AO MP Parecer em 24 horas(art. 6º) DECISÃO Em 72 horas, a contar da data da formulação do pedido, sendo publicada

na Secretaria às 10h ou às 19h de cada dia (art. 7º, parágrafo único, e art. 8º)

INDEFERIMENTO DEFERIMENTO

DIVULGAÇÃO DA RESPOSTA

Em até 48 horas da decisão ou, tratando-se de veículo com periodicidade maior que 48 horas, na primeira edição (art. 15°. I. "c" e "d")

CUMPRIMENTO DA DECISÃO

O ofensor deverá comprovar nos autos, mediante dados sobre a regular distribuição dos exemplares, a quantidade impressa e o raio de abrangência da distribuição (art. 15, I, "f")

- Legitimidade: partidos, coligações ou candidatos (art. 14, c/c Lei n. 9.504/1997, art. 58, caput).
- Quando o reclamado ou representado for candidato, partido político ou coligação, as notificações serão feitas por facsimile ou correio eletrônico, no endereço informado por ocasião do pedido de registro (art. 4°, § 1°).
- A divulgação da resposta será no mesmo veículo, espaço, local, página, tamanho, caracteres e outros elementos de realce utilizados na ofensa (art. 15, I, "c", c/c Lei n. 9.504/1997, art. 58, §
- Por solicitação do ofendido, a divulgação da resposta será feita no mesmo dia da semana em que a ofensa for divulgada, ainda que fora do prazo de 48 horas (art. 15, I, "d", c/c, Lei n. 9.504/1997, art. 58, § 3°, I, "c").
- prazo terá início a partir da notificação, quando anterior à publicação (art. 9°).
- Não cumprido os prazos para os julgamentos, bem como para o juízo de admissibilidade, as partes poderão ser intimadas por
- Aplica-se ao presente fluxograma, no que couber, o anexo I da presente Resolução.

RECURSO AO PLENO

Em 24 horas, a contar da data da publicação da decisão na Secretaria (art. 9°, caput)

CONTRA-RAZÕES

Em 24 horas, a contar da notificação (art. 9°, caput)

JULGAMENTO

O recurso será apresentado em sessão pelo próprio Juiz Auxiliar em 24 horas, a contar da conclusão (art. 17°, § 2°)

RECURSO ESPECIAIS AO TSE

Em 24 horas, a contar da publicação do acórdão em sessão (art. 17°, caput)

CONTRA-RAZÕES

Em 24 horas, a contar da notificação (art. 17°, caput)

REMESSA AO TSE

Imediatamente à apresentação das contrarazões, ou decorrido o seu prazo, dispensado o juízo de admissibilidade

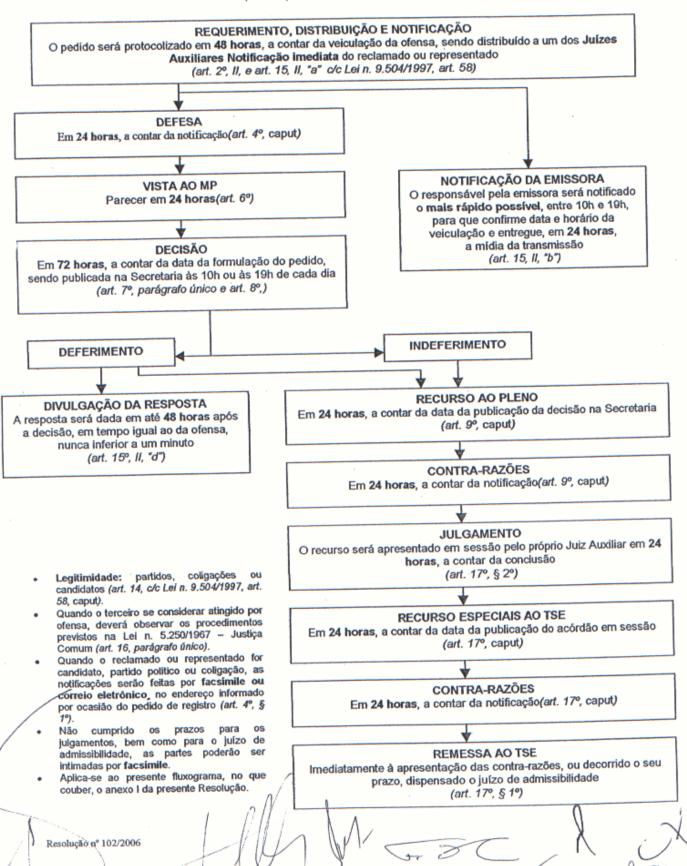
(art. 17°, § 1°)

Resolução nº 102/2006

ANEXO III

DIREITO DE RESPOSTA POR OFENSA VEICULADA EM PROGRAMAÇÃO NORMAL DAS EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO

(Resolução TSE n. 22.142/2006)



ANEXO IV

DIREITO DE RESPOSTA POR OFENSA VEICULADA NO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO (Resolução TSE n. 22.142/2006)

